

VITIMAÇÃO POLICIAL MILITAR NO RN: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E PERSPECTIVAS

João Batista da Silva¹
Azor Lopes da Silva Júnior²

RESUMO: O presente artigo investigou a vitimação policial militar no Rio Grande do Norte, por meio de pesquisa documental e exploratória, tendo na fase empírica inquirido 622 alunos dos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Sargentos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), de novembro e dezembro de 2020, a partir de questionário *on-line*. Como objetivos investigou-se as causas, consequências e percepções dessa vitimação, visando subsidiar políticas e ações institucionais e/ou governamentais de enfrentamento. Os resultados constataram poucos investimentos em segurança pública, tendo como consequência efetivo diminuto e formação inicial e continuada deficitárias, aliado à prática de segurança privada exercida pelos PMs que podem estar contribuindo para vitimação policial, as quais ocorreram, em sua maioria, em períodos de folga.

Palavras-chave: Vitimação policial militar. Rio Grande do Norte. Baixo investimento. Formação e capacitação precárias. Déficit de efetivo.

ABSTRACT: The present article investigated the military police victimization in Rio Grande do Norte, through documentary and exploratory research, having in the empirical phase surveyed 622 students of the Sergeants Training and Improvement Courses of the Military Police of Rio Grande do Norte (PMRN), November and December 2020, using an online questionnaire. As objectives, the causes, consequences and perceptions of this victimization were investigated, aiming to subsidize institutional and/or governmental coping policies and actions. The results showed little investment in public security, resulting in diminished effective and deficient initial and continued training, coupled with the practice of private security exercised by PMs who may be contributing to police victimization, which occurred, in their majority, during off-duty periods.

Keywords: Military police victimization. Rio Grande do Norte. Low investment. Poor education and training. Deficit of staff.

¹ Doutor em Educação, Mestre em Ciências Sociais, Especialista em Polícia Comunitária, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN). É também Especialista em Políticas de Segurança Pública/UNESA. Docente da Academia da Polícia Militar e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN). É colaborador da Pós-Graduação em Assistência Sociojurídica e Segurança Pública do Centro Universitário UNIFACEX. Membro fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) e do Conselho Editorial da Revista deste Instituto (RIBSP). É parecerista das revistas BAGOAS e CRONOS/UFRN. Atualmente é Major da PMRN e em 2017 lançou o livro *Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectiva*. Natal: Minimbu. e-mail: jbsbrown@yahoo.com.br. lattes.cnpq.br/8617007915492517. <https://orcid.org/0000-0002-3829-1822>

² Doutor em Sociologia (UNESP-FCLAr), com pós-doutorado em hermenêutica jurídica (UNESP-IBILCE-Departamento de Letras), Mestre em Direito Público (UNIFRAN, 2005), Especialista em Direito (UNESP/FAPERP, 1998), graduado em Direito (FIRP, 1990); é Especialista em Segurança Pública (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007). Pelo sistema de ensino militar (Art. 83 da LDB e Lei Complementar Estadual [SP] nº 1036, de 11 de janeiro de 2008) titulou-se Doutor (APMG, 2008), Mestre (CAES, 2005) e graduado (APMBB, 1984) em Ciências Policiais de Segurança e Preservação da Ordem Pública. É Advogado, Professor Universitário (bacharelado e pós-graduação em Direito), Avaliador integrante do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP-MEC), Presidente do IBSP (ibsp.org.br) e Coronel da Reserva Remunerada Polícia Militar do Estado de São Paulo. E-mail: azor.lopes@terra.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-6340-6636>.

1 INTRODUÇÃO

A polícia brasileira, como defendem muitos pesquisadores, é a que mais mata, mas, por outro lado, é a que mais morre no mundo, fenômeno este que vem sendo comprovado por relatórios e estudos sistemáticos, realizados há mais de uma década por diversos órgãos, entre eles o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2015; 2019), o Mapa da Violência (WASELFSZ, 2016), o Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2018; 2020) e e em nível local pelo Observatório da Violência (OBVIO, 2018; 2020).

Em outra perspectiva, estudos recentes dão conta de um diagnóstico ainda mais complexo, o de que há um dilema estabelecido para os profissionais desse campo de conhecimento, colocando-os como vítimas e algozes, simultaneamente, quando de sua ação no cotidiano da atividade profissional (SILVA, 2018).

As taxas de homicídios da (in)segurança pública no país ultrapassam, com folga, números das guerras civis da atualidade (FBSP, 2015; 2019). O paradigma constatado é que as políticas adotadas (ROLIM, 2009) pelos governos brasileiros, nas três esferas de poder, mas, sobretudo no âmbito estadual, não conseguem atender às demandas das consequências da violência e da criminalidade, imagine-se as suas causas (ZSABÓ; RISSO, 2018).

Apesar do avanço significativo que ocorrera na formação dos profissionais de segurança pública no país, em especial, na do policial militar, a partir institucionalização da Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), fato também constatado, em estudo realizado na PMRN (SILVA, 2017a), dada à complexidade da natureza da atividade profissional policial militar, a performance desses policiais ainda está aquém do nível técnico e profissional necessário, que se demandaria desses aplicadores da lei para um enfrentamento qualificado da violência e da criminalidade naquela Unidade Federativa (SILVA, 2017b).

Na última década, o Nordeste brasileiro teve um aumento exponencial nas taxas da criminalidade violenta, ultrapassando, proporcionalmente, regiões que, historicamente sempre estiveram à frente nesses números, sobretudo das taxas de homicídios e das mortes ocasionadas após uma intervenção de profissionais de segurança. Estados como Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte, de acordo com o Mapa da Violência (FBSP, 2015; 2019), demonstram que as políticas de enfrentamento não têm surtido o efeito almejado.

Pesquisas sobre vitimação policial ainda são incipientes no meio acadêmico (SILVA, 2018a); (SILVA; ALMEIDA, 2021) e necessita urgentemente de diagnósticos institucionais (MUNIZ; SOARES, 1998; MINAYO, 2005; CECSP/UFGM, 2016), com respaldo científico, visando, sobretudo, desvelar as causas e consequências desse problema que se reveste multifatorial, em especial, porque a *subcultura* policial é resistente a pesquisas com objetivos e

finalidades científicas, em face, presume-se de aspectos históricos, que constituem o cotidiano institucional policial (MENKE; WHITE, 2002).

Aponta-se três hipóteses para a problemática que contribuíram para vitimação policial militar no RN: 1. investimento parcos ou inexistentes nas forças de segurança pública estaduais³ e consequente ausência de concursos públicos para recompor o efetivo da PMRN, decrescendo o efetivo, o que demandaria, ao menos, 07 anos de concursos ininterruptos para se atingir o número mínimo de policiais no estado (BORGES; SILVA, 2017); 2. pouca ou inexistente recapacitação profissional pelas quais deixaram de passar esses agentes de segurança pública (ALMEIDA; SILVA, 2018); e 3. a atividade de segurança privada, exercida informalmente por policiais, constatações de Silva e Almeida (2021).

Segundo esses últimos autores, 98% dos policiais militares por eles entrevistados foram vítimas de violência ou tiveram colegas de trabalho vitimados, quando estavam de serviço ou de folga. Tais policiais também consideram que não tiveram ou foi insuficiente suas respectivas recapacitações para o enfrentamento da violência e da criminalidade.

De acordo com dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, entre 1980 e 2014 morreram 967.851 mil pessoas, no Brasil, em sua maioria, vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo. Com um aumento exponencial as mortes violentas no Brasil, por ano, saltaram de 8 mil, no ano de 1980, para mais de 44 mil pessoas assassinadas em 2014. (WAILSELSZ, 2016, p.12).

No que concerne aos profissionais de segurança pública os dados são ainda mais estarrecedores e complexos, pois além de serem bastante elevados (em média, 4 mil assassinatos de policiais brasileiros de 2009 a 2018 (vide Quadro de vitimação policial, p.10), se comparados, por exemplo, a todas polícias americanas, lá morreram 48 policiais ao longo do ano de 2019⁴. Nesse mesmo período no Brasil, foram vitimados 343 policiais. Um dos fatores que dificultam a implementação de políticas de enfrentamento da vitimação policial é que no país, esses dados só recentemente começaram a ser concatenados. (ZILLI, 2018), (OBVIO, 2018, 2020). Outro, é que os levantamentos oficiais apontam não haver recomposição de efetivos na mesma proporcionalidade por meio de concursos públicos. (BORGES; SILVA, 2017).

³ Na altura minuto 34 do discurso de passagem de comando o coronel Azevedo, Ex-Comandante Geral da PMRN (2015/2016), afirma que os recursos destinados para custeio da corporação foram diminuídos em, aproximadamente 1/3, passando de 35 milhões (2015), para 25 (2016) e em 2017, para 24. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1975264192720552&id=100007109709842&sfnsn=wiwspwa. Acesso em: 05 Mar 2021.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/matar-e-morrer-uma-guerra-em-que-tanto-policiais-quanto-cidadaos-perdem.ghtml>. Acesso em: 27 Fev. 2021.

De acordo com Gama e Madeiro (2017), as PMs brasileiras deveriam ter aproximadamente 600 mil integrantes nos seus quadros, contudo, em dados aproximados, há em torno de 430 mil policiais militares, o que constata um déficit, em nível nacional, de quase 25% do efetivo previsto. Em dados absolutos, seriam menos 170 mil policiais. Portanto, a partir dessa problemática, partiu-se da seguinte pergunta de pesquisa: *que fatores podem ter contribuído para o aumento da vitimação policial militar no Rio Grande do Norte?*

Nesse contexto, o presente artigo buscou investigar as possíveis causas, consequências e percepções da vitimação policial na PMRN, focalizando o seguimento mais atingido (o das praças), visando subsidiar políticas e ações institucionais e/ou governamentais de enfrentamento dessa problemática. Estabeleceu-se também como objetivos avaliar em que circunstâncias e em quais condições esses PMs foram vitimados, pormenorizado no capítulo 3.

O artigo é constituído da introdução, com o problema e sua problemática. O segundo capítulo analisou as possíveis causas e consequências dessa violência, esmiuçando os aspectos da formação/recapacitação, bem como o trabalho extra corporação, teorizando este fenômeno ainda incipiente, apesar de algumas pesquisas realizadas por Muniz e Soares (1998), Minayo (2005), Minayo, Souza e Constantino (2007). No Sudeste do país, Fernandes (2016) em estudo mais recente acerca da vitimização na PMESP e, mais recentemente, Almeida e Silva (2018) na PMRN. Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), no Mato Grosso, Silva e Almeida (2021), na PMRN e Oliveira, C. Filho e Souza Neto (2020), na Polícia Militar da Paraíba.

No terceiro capítulo estabelece-se o marco metodológico que fora delineado e seguido na pesquisa, em especial, buscando registrar os aspectos positivos e negativos de uma pesquisa que, como defendem alguns autores, investiga temas “caros” para os profissionais de segurança, pois desnuda seus *pontos fracos*, desmistificando que o *ethos* guerreiro de outrora precisa ser substituído pelo *ethos* profissional das técnicas e protocolos profissionais (SILVA, 2020). Somados a esses aspectos, tem-se um complicador, o advento da pandemia da COVID-19, que dificultou a aplicação de questionários, presencialmente, o que também é teorizado no capítulo.

O quarto e último capítulo analisou e discutiu os resultados encontrados, buscando traçar um perfil profissiográfico dos participantes da pesquisa e suas percepções da violência sofrida, delineando-se algumas considerações finais acerca de possíveis alternativas de enfrentamento da vitimação na PMRN, seja na perspectiva individual, institucional e/ou governamental.

2 VITIMAÇÃO POLICIAL MILITAR: DIAGNÓSTICO E TEORIZAÇÃO

Um dos pontos de partida deste trabalho é o que fora diagnosticado por Almeida e Silva (2018) e Silva e Almeida (2021), em pesquisa realizada na região metropolitana de Natal, que

98% (61) dos policiais militares entrevistados na PMRN já haviam sofrido alguma ação criminosa, em face da profissão e 68% (41) desses PMs pesquisados afirmaram que já foram ameaçados ou que já tiveram algum colega de profissão vítima de homicídio, em serviço ou de folga, em função do trabalho desempenhado.

Este fenômeno complexo está inserido em outro, bem mais amplo e multifatorial, que é a problemática da violência generalizada no país, que aflige toda sociedade brasileira. Nessa perspectiva “a vitimização se materializa em traumas, lesões ou mortes ocorridas na defrontação com a criminalidade e na manutenção da ordem (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO; 2007, p. 2772). Essa percepção parece ser mais intensificada em face dos meios de comunicação de massa, que exploram exaustivamente o espetáculo da violência, banalizando-a, o que se considera ser um desserviço. (SILVA, 2018b).

Por ser um fenômeno incipiente no país, não em ocorrência, mas em pesquisas e estudos, sejam institucionais ou acadêmicos, os autores pesquisados identificam essa violência como *vitimização policial*. A partir do que foi possível investigar, dado a fatores já explicitados, a conceitualização mais adequada para o fenômeno seria *vitimação policial*, em face desse profissional sofrer a violência e não a praticá-la contra si, como é o caso do suicídio, que não é objeto deste estudo. A título de ilustração, no ano 2018 cometeram suicídio no Brasil 93 policiais militares e civis, tendo esse número permanecido praticamente inalterado com 91 PMs e PCs que tiraram suas próprias vidas (FBSP, p. 74-81).

Importa também considerar que, apesar de alguns fatores que parecem dar certo aspecto de uniformidade ao fenômeno, como o avanço tecnológico, unificação de um currículo nacional para os profissionais de segurança (BRASIL, 2014) e também o crescimento e disseminação das organizações criminosas Brasil afora, a vitimação policial cresce em indicadores nacionais, como os encontrados pelos autores citados, mas também em níveis locais diferenciados, conforme encontrados nesta pesquisa.

Adorno e Minayo (2013), Fernandes (2016), Almeida e Silva (2018), Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), Oliveira, C. Filho, Souza Neto (2020) e Silva e Almeida (2021) realizaram estudos exploratórios no sentido de investigar o fenômeno da vitimação policial em suas respectivas unidades federativas, abordando, não apenas os relatórios oficiais, mas também a partir de pesquisas empíricas buscando captar a percepção dos policiais sobre a realidade local. Os subcapítulos a seguir podem fornecer pistas do fenômeno em estudo.

2.1 AUSÊNCIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAL E GOVERNAMENTAL

Planejamento estratégico para médio e longo prazos de execução parecem não ser um dos aspectos que permeiam a política institucional das corporações policiais Brasil afora, o que não é diferente no PMRN, em especial, para recomposição do seu efetivo.

No *site* oficial da PMRN⁵ é possível constatar que não há periodicidade para ingresso na instituição. Os concursos públicos para soldados ou oficiais ocorrem a partir de conformações políticas dos comandos e o respectivo Poder Executivo, em face das vicissitudes de cada comando/governo. A inexistência de regulamentação que vincule o ingresso não apenas nas PMs, mas nas demais forças de segurança de uma unidade federativa, a partir de parâmetros técnicos, como o aumento da população ou de índices criminais, deixa essas instituições a mercê de “arranjos” políticos nem sempre salutares.

O déficit do efetivo, como analisaram Borges e Silva (2017) e Silva e Almeida (2021), em pesquisas realizadas na PMRN, é um dos fatores que devem ser ponderados, especialmente, pelo motivo de que o baixo efetivo incide diretamente em outras causas, por exemplo, uma formação inicial e contínua deficitária, o que gera baixo nível de profissionalização e, conseqüentemente todos os fatores contribuem para precarização do trabalho policial.

Aligeirar o processo de formação inicial, com o intuito institucional e governamental de rapidamente colocar os efetivos em formação para atividade operacional, inclusive, descentralizando essa formação, atribuindo essa competência a unidades operacionais, as quais não têm quaisquer expertise formativa (BITTNER, 2003); (SILVA, 2017a) é uma prática recorrente nas PMs e contribui negativamente para precarização da profissionalização da atividade policial, que afeta concomitantemente os próprios policiais e a sociedade.

Outro aspecto recorrente é a obstacularização que ocorre indiretamente, por parte dos comandantes imediatos dos policiais, que não incentivam seus comandados a participarem das poucas capacitações que são ofertadas, aliada à resistência do próprio PM, que na maioria das vezes, em face da atividade de segurança privada que desenvolve (a ser tratada no item 2.3) não vão realizar as respectivas capacitações de cunho voluntário. Observa-se que na concepção desses comandantes de grandes comandos, batalhões, companhias e pelotões, tais efetivos, em sendo retirados para um período de capacitação causariam déficit momentâneo no policiamento ostensivo diário, gerando dificuldades às suas respectivas gestões⁶.

⁵ Disponível em: <http://www.pm.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=277&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Curso+de+Forma%E7%E3o+de+Oficiais>. Acesso em: 06 Mar 2021.

⁶ Essas constatações derivam de observações assistemáticas durante mais de 10 anos de atuação como chefe das Seções de Formação e Aperfeiçoamento da Diretoria de Ensino da PMRN e carece, portanto, de estudos sistematizados. Em sua maioria, quando a capacitação não é obrigatória para ascensão profissional, são enviados

A falta de percepção desses comandantes acerca do benefício que estariam promovendo aos seus comandados, apresentando-os para participar das poucas capacitações ofertadas pela corporação é apenas um exemplo das ações de comando que ocorrem em nível de gestão intermediário e, às vezes, até estratégico, que desnudam o baixo profissionalismo desses gestores, que contribuem negativamente para que seus subordinados não melhorem seu nível profissional, reificando o círculo vicioso da precarização profissional policial militar.

2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DEFICITÁRIA E O MITO DO POLICIAL HERÓI

Almeida e Silva (2019) constataram que o nível de recapacitação profissional voltado para o enfretamento da vitimação policial é muito baixo ou inexistente na PMRN, dado que não há uma política sistemática de formação continuada na corporação, o que não diverge muito nas demais polícias Brasil afora. E mesmo quando há programas de capacitação, a *subcultura* institucional é mais presente na prática da atividade profissional cotidiana do que os conhecimentos apreendidos nas capacitações (PINC, 2009).

O *ethos guerreiro* teorizado por Norbert Elias, em seu “processo civilizador” (ELIAS, 1993, p. 181) que já fora utilizado por pesquisadores da segurança pública (LIMA, 2007) em contraposição ao *ethos civilizado*, parecer representar bem a dicotomia existente entre o policial não profissionalizado (ou em processo de profissionalização) e o policial profissionalizado (SILVA, 2017b). Esse *ethos guerreiro* representa, contemporaneamente, o policial não profissionalizado que age a partir de suas próprias convicções para resoluções de problemas de segurança pública que, em nome da defesa da coletividade (LIMA, 2007, p. 58-61), desenvolvem ações não tão técnicas assim, inclusive, tendo como consequências danos a terceiros e a si. Em paralelo, por meio do *habitus civilizado*, atuando a partir de procedimentos técnicos institucionalizados ao longo do processo de profissionalização da atividade policial (SILVA, 2020b), este policial faz cumprir a lei, deixando de ser concebido como um arquétipo (super-herói) para alcançar a legitimação social de trabalhador (policial) profissionalizado.

Em tese, quanto maior o nível de profissionalização de uma atividade laboral, menor será o índice de procedimentos equivocados ocorridos no seu exercício. Muito embora, a violência seja um fenômeno multifatorial e nela está contida a vitimação policial, espera-se que quanto mais profissionalizada estiver a polícia, menos policiais vitimados terá a instituição.

Em uma das primeiras pesquisas realizadas no Brasil acerca da vitimização de profissionais de segurança pública, Minayo; Souza e Constantino, 2007, p. 2270, constataram

policias que estão à disposição da Junta Policial Militar de Saúde (JPMS) para completarem o número de policiais requisitados a cada batalhão ou companhia para determinada capacitação.

que 94,1% dos PMs e 86,3% dos policiais civis se diziam em risco fora do trabalho. Ou seja, policiais, sejam militares ou civis, há mais de uma década, já tinham a percepção dos riscos que corriam em face da sua atividade profissional, em particular, quando estão no período de folga.

Essa também é uma constatação constantes no Mapa da Violência (2018) com informações nacionais, mas também nas pesquisas regionalizadas, como as realizadas, mais recentemente por Fernandes (2016), relativa à Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), por Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), em pesquisa sobre a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), Oliveira, C. Filho, Souza Neto (2020), pesquisando sobre a PMPB, Almeida e Silva (2018) e Silva e Almeida (2021), ambos acerca da PMRN.

De acordo com Oliveira, C. Filho, Souza Neto (2020), em pesquisa sobre a vitimação policial na Polícia Militar da Paraíba (PMPB), mas também traçando um panorama nacional da vitimação policial militar, constatou que a maior incidência dessa violência praticada contra o policial militar é no período que ele está de folga. Infere-se dessa pesquisa que as corporações policiais não têm realizado treinamento para redução de tal violência.

Segundo Silva e Almeida (2021), analisando o fenômeno de vitimização policial militar na região metropolitana do RN, alguns fatores considerados preponderantes, tais como formação inicial e continuada precárias, déficit do efetivo e trabalho extra de segurança privada. De acordo com esses autores, apesar do avanço significativo que ocorrera na formação dos operadores de segurança, após a Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014) muito há de se percorrer no processo de profissionalização. (PONCIONI, 2007), (SILVA, 2017a; 2017b).

O fato é que, além da insuficiente formação inicial e continuada, já destacada por Poncioni (2007) na PMESP e ratificada por Almeida e Silva (2020) e por Silva e Almeida (2021), no RN, há o aspecto cultural do *ethos* guerreiro, como defendem muitos policiais inquiridos, em contraposição ao *ethos* profissional. Nesse contexto, um dos principais óbices da institucionalização da profissionalização policial militar no Brasil é romper com o mito do *ethos* guerreiro ou *mito do policial super-herói* (LIMA, 2007, p. 58-61), em detrimento do policial profissionalizado. (SILVA, 2017b).

A profissionalização de uma atividade ocupacional ocorre em três dimensões: 1. internamente no corpo ocupacional como profissionalidade (estabelecimento, regularização e fiscalização de suas atividades laborais, por meio de seus regulamentos internos e externos, procedimentos técnicos e código de ética); 2. externamente a este grupo ocupacional em relação às demais atividades como profissionalismo (processo externo e ocorre pela busca concomitantemente de alcançar e manter o status de atividade laboral profissionalizada, a partir da relação que mantém com as demais categorias, no mundo e no mercado do trabalho, com o

Estado e por meio do exercício político, ideológico, e ético por reconhecimento e aceitação social); e 3. profissionalização como estado e processo, que é a junção das duas características iniciais, pois visa por meio delas alcançar e manter, concomitantemente, o status profissional no mundo e do mercado do trabalho, como atividade legítima e reconhecida. (RAMALHO; NUÑEZ E GAUTHIER, 2004); (SILVA, 2017b, p. 136).

Para Menke, White e Carey (2002, p. 85-114) o caráter ideológico na busca para alcance e manutenção do status de uma atividade profissionalizada maquia o real patamar no qual se encontra as corporações policiais. Segundo esses autores, além de *locus* adequado de formação, período suficiente de maturação de formação, produção acadêmica de conhecimento técnico profissional, a polícia carece de um código de ética eficiente, eficaz e efetivo que corrija condutas desviantes, esses critérios manterá efetiva a legitimação pela busca e manutenção perene do mandato policial (PONCIONI, 2005).

Em pesquisa realizada por Silva e Almeida (2021, p. 18) com policiais militares na região metropolitana de Natal, constatou-se que há uma carência significativa na formação, seja ela inicial ou continuada, no aspecto da capacitação para sobrevivência policial. Segundo os entrevistados(as), classificados como profissionais com mais de 15 anos de efetivo serviço, “apenas 13% teve alguma experiência formativa com a temática que tratava da segurança pessoal, em virtude da função que exercem”.

Ainda conforme e pesquisa, 76% dos PMs informaram lembrar de alguma capacitação continuada sobre a temática do enfrentamento da vitimação policial. Entretanto, em contrapartida os cursos citados eram extremamente seletivos e sua oferta não é regular. Os mais mencionados (32%) foram o COESP/CAT, ofertados apenas para membros das tropas especializadas ou interessados de nelas ingressarem. (SILVA; ALMEIDA, 2021, p. 18).

2.3 SEGURANÇA PRIVADA: AUMENTO DA RENDA OU RISCO DA PRÓPRIA VIDA?

No Brasil, em 2013 e 2014, morreram 408 e 398 policiais militares, respectivamente, os quais se encontravam, na maioria, “de folga”, o que é denominado por estudiosos no assunto como mortes identificadas em função da natureza do trabalho policial, mesmo que fora dos horários de serviço, ou seja, estavam no período de folga, mas que seriam decorrentes da natureza do trabalho que exercem por serem agentes de segurança pública.

Autores como Minayo (2013) e Fernandes (2016) defendem que além dos fatores explorados nos subcapítulos anteriores, há outros que intensificam essa problemática, como aspectos denominados “contextuais”, que se engendram nas redes de relacionamentos, onde os policiais convivem, seja formalmente, quando estão em sua atuação profissional (em uma ação

legal ou ilegal), seja na informalidade no seu círculo familiar e de amizades, mas também quando age como segurança privada, em face de sua expertise como profissional de segurança.

A concepção de entendimento e/ou de definição teórico-conceitual da linha tênue entre “estar de serviço” e “estar de folga” pode ser uma das chaves para se compreender uma das principais causas da vitimação policial no Brasil e, conseqüentemente, uma possibilidade e alternativa de construção também teórico-conceitual, institucional e governamental para enfrentamento e minimização da violência praticada contra profissionais de segurança pública.

Abaixo, sistematizou-se informações de várias instituições buscando fornecer uma visão detalhada dos dados disponíveis acerca vitimação policial. Contudo, em face de não haver uma padronização conceitual e também institucional, não foi possível aprofundar os índices do RN, esclarecendo se os agentes estavam em serviço ou em período de “folga”.

Quadro – Vitimação de agentes de segurança pública no Brasil e no RN

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total	
Brasil*/Agentes mortos	264	287	282	447	490	415	386	486	383	343	173	-	3956	
Rio Grande do Norte**	PM da ativa	-	-	-	10	06	05	06	05	13	16	02	03	66
	PM aposentado	-	-	-	01	02	02	01	02	05	06	08	02	29
	Policial civil	-	-	-	03	-	01	01	02	-	01	02	-	10
	Policial civil aposentado	-	-	-	-	-	-	01	-	-	02	-	-	03
	Agente penitenciário	-	-	-	-	02	-	-	01	01	01	-	-	05
	Bombeiro aposentado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
	Agente penitenciário federal	-	-	-	02	-	-	-	-	01	-	-	-	03
	Guarda de trânsito	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01
	Guarda de municipal	-	-	02	01	-	02	-	-	01	-	-	-	06
Total no RN	-	-	02	17	10	10	10	10	21	26	13	05	124	

Fonte: ÓBVIO (2018; 2020), ZILLI (2018), FBSP (2019), PMRN (2020), SILVA (2021, p. 11), adaptado.

Legenda: * Os dados do Brasil de 2009 a 2012 são da Nota Técnica de Zilli (2018). Os de 2013 a 2018 são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do FBSP (2019). Os dados de 2019 são do FBSP (2020).

** Os dados de 2011 a 2018 do Rio Grande do Norte são do OBVIUM e os de 2019 e 2020 são da PMRN, contudo, não há uniformidade nessas informações que possa identificar se os profissionais estavam de serviço ou de folga. Apenas o OBVIUM tipifica os que são da ativa e os aposentados.

A partir dos dados apresentados a primeira constatação é de que as vítimas não são apenas policiais que estão na linha de frente da segurança pública, como é caso dos PMs, responsáveis pelo policiamento ostensivo. Até mesmo bombeiros fazem parte dos índices de violência que retratam o acuartelamento do Estado. Na média dos últimos 08 anos morreu um PM assassinado no Rio Grande do Norte. Os dados adaptados de Silva (2021, p. 06) denunciam outra problemática na segurança pública, além da ausência de padronização, a incipiente de cultura institucional de registro de produção de informações, que só vem ocorrer apenas a partir de 2012. É possível também diagnosticar que houve um aumento dos assassinatos policiais nos anos de 2017 e 2018, decrescendo em 2019 e 2020. O que teria contribuído para tal elevação?

De acordo com Braga e Silva (2012) em pesquisa também realizada no RN, diagnosticaram que 50,4% já dos PMs daquele estado sofreram algum tipo de dificuldade financeira e, em face dessa situação, para manutenção e cobertura de suas despesas, geralmente, recorriam algum tipo de atividade extra corporação de segurança privada.

Em pesquisa mais recente Silva (2021) defendeu que ao desempenharem atividades de segurança privada, tais profissionais se expõem além do que quando estão em serviço institucional, pois sendo identificados pelos marginais, são vítimas, em potencial, em virtude de portarem armas, principalmente ao realizarem serviço extra corporação. A prática dessa atividade de segurança privada expõe os policiais e, em tese, os poria em situação risco, dado que a falta do aparato estatal com os quais contam quando estão de serviço na corporação, os deixam mais vulneráveis, tornando-se uma das principais condições de sua vitimação. (FRANÇA; DUARTE, 2017); (FERREIRA; CABELHO; RONDON FILHO, 2020).

Ainda conforme Silva (2021, p.15), buscando compreender essa realidade, traça um perfil acerca da condição financeira do PM potiguar. No RN o salário base para um soldado, à época da pesquisa, era de R\$ 2.904,00, isto é, mesmo não sendo o salário ideal, ainda era três vezes o salário mínimo vigente no país. Infere-se, nessa perspectiva, não ser apenas a baixa remuneração o motivo do exercício da atividade de segurança privada, mas também o aspecto cultural um dos motivos que contribuem para essa prática. Ainda é destacado pelo autor que não apenas na PMRN, mas em muitas corporações tais serviços são tolerados “pelos respectivos comandantes, segundo eles próprios, *como forma de ajudar seus subordinados*”⁷.

Nas pesquisas realizadas por Almeida e Silva (2018) e Silva e Almeida (2021) os autores apontam quatro fatores que teriam tributado para o aumento da violência praticada contra esses policiais: a precária formação inicial e continuada, o déficit do efetivo (nos últimos anos

⁷ Esta é uma informação extraoficial, que em linhas gerais circula em todas as polícias militares, Brasil afora.

a PMRN chegou ao índice mais baixo, em torno de 7 mil integrantes, com um efetivo previsto de 13 mil e 500 policiais, aproximadamente)⁸ e o exercício de atividade de segurança privada. Todos esses fatores estão diretamente relacionados, mas este último, abordado no item 2.1 evidencia a falta de cumprimento da exclusividade da atividade policial, somente autorizada sua exceção no caso da área de saúde e mais recentemente acrescida ao exercício do magistério⁹.

3 METODOLOGIA

O estudo foi estruturado a partir de uma pesquisa aplicada, de cunho bibliográfico com objetivos descritivo-exploratórios e com abordagem quantitativa e qualitativa da análise dos dados da fase empírica (MINAYO, 2013), (PRODANOV; FREITAS, 2013), (PEROVANO, 2014), (SILVA, 2017b). A partir da problematização apresentada na introdução formulou-se a seguinte pergunta de partida ao problema da vitimização policial militar na PMRN: *quais as causas e consequências da vitimização policial militar no Rio Grande do Norte?*

A pesquisa investigou o processo de vitimização do policial, suas causas e consequências, buscando focalizar o seguimento policial militar mais atingido, ou seja, o efetivo de praças (soldados, cabos e sargentos), visando subsidiar políticas institucionais e/ou governamentais de enfrentamento desse fenômeno.

Especificamente buscou: 1. identificar quem são, em quais circunstâncias e em que condições são os PMs do RN vitimados; 2. visou encontrar alternativas institucionais de enfrentamento dessa realidade, seja no aspecto conceitual, procedimental e atitudinal; e 3. pleiteou subsidiar a instrumentalização de ações e/ou políticas institucionais e/ou governamentais para minimização da vitimação policial militar no RN.

Focalizou-se o público alvo das praças (soldados, cabos e sargentos) da PMRN, dado que são esses os integrantes, não apenas neste estado, mas nas demais corporações, os mais vitimados (FBSP, 2018), (OBVIO, 20018; 2020); (SILVA; ALMEIDA, 2021). Contudo, em face do déficit de efetivo na PMRN (BORGES; SILVA, 2019) quase não havia mais soldados na instituição, à época da pesquisa, tornando a base da pirâmide da corporação constituída de cabos e sargentos. Portanto, a pesquisa foi realizada com os cabos (alunos-sargentos) e os

⁸ Dados fornecidos pela Diretoria de Pessoal da PMRN, em 2020, tendo sido acrescido de 1 mil soldados recém-formados em novembro do mesmo ano.

⁹ Ao policial é facultado o direito do Art. 37, inciso XVI da CF/88 “XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: *a)* a de dois cargos de professor; *b)* a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; *c)* a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;”.

segundos-sargentos, que realizavam, respectivamente, os Cursos de Formação (CFS/2020.2) e de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS/2020.1), ambos destinados à ascensão profissional.

Como critério de inclusão na pesquisa incluiu-se apenas os alunos-sargentos e sargentos-alunos, ambos temporariamente à disposição do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMRN (CFAPM), o que tornava mais eficaz a aplicação dos questionários. Segundo Silva (2018), não há uma cultura institucional de pesquisa científica nas corporações policiais e, nesse sentido, não seria pragmático alcançar outro público alvo que não tivesse de alguma forma vinculado à unidade escola, para participar da pesquisa. Este tipo de dificuldade é relatado por diversos pesquisadores entre eles Minayo (2007) Fernandes (2016) entre outros.

No serviço cotidiano, nos batalhões de área, que são as unidades operacionais, citadas no subcapítulo 2.2, que realizam o serviço de policiamento ostensivo, esse contato e adesão não seriam satisfatórios em face da subcultura explicitada anteriormente, de certa resistência a pesquisas, por parte de policiais, o que implicaria um grande dispêndio temporal de contato para explanação sobre a pesquisa e seus benefícios, bem como a necessidade de várias visitas para distribuição e recolhimento de questionários, com pouco retorno.

Infere-se que essa subcultura institucional, surgiria da percepção do próprio profissional de segurança pública em temer desnudar um dos postos fracos de sua profissão, o que para ele feriria seu *ethos* guerreiro (MINAYO; ADORNO, 2013); (FERNANDES, 2016);

A adesão do autor para fazer a coleta de informações, por meio da técnica do questionário (MINAYO, 2013); (PEROVANO, 2014), utilizando a modalidade *on line*, conforme fora definido para esta pesquisa, na plataforma digital *Googleforms*¹⁰, é que este seria dificilmente respondido, se aplicado presencialmente, já que a pandemia da COVID-19¹¹ afastou as formaturas dos quartéis, como assim foi em todas as repartições públicas e privadas.

Nesse contexto, adotou-se como critério de inclusão, para praticidade de acesso aos participantes da pesquisa (corpo discente, compostos por 626 alunos sargentos, matriculados no CFS/2020.2 da PMRN, excluindo os demais, cabos e sargentos que não estavam participando do referido curso, porque já o realizaram ou porque ainda o farão quando alcançarem a classificação hierárquica para devida convocação pela Diretoria de Pessoal.

¹⁰ O *link* disponibilizado por meio do contato de *whats'app*, dos respectivos corpos discentes foi: https://docs.google.com/forms/d/1owuWzKc_0fPFHCBIadku1nigMhKqdwzw7FOYL19AKm8/edit?usp=drive_open, permanecendo aberto para resposta voluntárias no período de 08/09 a 20/11/2020.

¹¹ A pandemia da COVID-19 surgiu na China, na cidade de UHAN, em dezembro de 2019. Disponível em: COVID-19 is the disease caused by a new coronavirus called SARS-CoV-2. WHO first learned of this new virus on 31 December 2019, following a report of a cluster of cases of 'viral pneumonia' in Wuhan, People's Republic of China. Acesso em: 08 Mar. 2021. No Brasil infectou até o presente mais de 9 milhões e meio de pessoas, levando a óbito mais de 260 mil. Disponível em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 08 Mar. 2021.

Adotando o mesmo critério, incluiu-se também como participantes da pesquisa, 83 segundos-sargentos, alunos do CAS 2020.1 da PMRN. O CFS foi realizado na capital, na Academia da Polícia Militar (APM), como anexo do CFAPM e nos Núcleos de Formação, no 2º Batalhão, na cidade de Mossoró, no 6º Batalhão, na cidade de Caicó, no 7º Batalhão na cidade de Pau do Ferros e no 8º Batalhão, na cidade de Nova Cruz, todas cidades polos do estado. O CAS foi realizado no CFAPM e no Núcleo de Caicó tendo, portanto, uma boa representatividade no aspecto de distribuição geográfica no território estadual e também do efetivo policial, dado que em face do déficit do efetivo, teorizado no capítulo 2, este quantitativo de policiais representava, à época a realização da pesquisa, aproximadamente 10% da tropa¹².

O questionário foi composto de duas partes. A socioprofissional, constituído de onze perguntas fechadas, com o intuito de elaborar um perfil profissiográfico do PM entrevistado(a), com informações acerca de local e cidade de trabalho, gênero, faixa etária, escolaridade, estado civil, renda familiar, cargo na corporação, tempo de profissão, quantidade de filhos e se é o principal mantenedor da família. O questionário profissional voltou-se a responder os objetivos da pesquisa, buscando desvelar as causas, consequências e concepções dos PMs acerca da vitimização policial no RN, constituindo-se de onze perguntas fechadas e duas abertas.

Em que pese o recorte temporal da pesquisa tenha sido, relativamente, curto (03 meses), período de operacionalização dos cursos (CFS/2020.2 e CAS/2020.1), bem como a abrangência espacial tenha se dado apenas no CFAPM, unidade escola da PMRN, sediada na capital, esses cursos de formação e aperfeiçoamento, respectivamente, também foram realizados, concomitantemente, nos Núcleos de Formação, no interior do estado, conforme já detalhado, o que possibilitou uma maior abrangência e também capilaridade na pesquisa, dado que, nos dois cursos haviam integrantes da corporação de todas as regiões do RN.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo foi subdividido em duas seções, as quais visaram, a partir dos dados encontrados e devidamente sistematizados de acordo com os referenciais teórico-conceituais e metodológicos, adotados, traçar um perfil profissiográfico de 622 cabos e sargentos, em formação continuada no período de novembro e dezembro de 2020, o que representava aproximadamente 10% do efetivo da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

Os dados encontrados, somados às percepções desses policiais, concatenadas a partir do questionário profissional acerca do fenômeno da vitimação policial militar no RN,

¹² De acordo com os dados da Diretoria de Pessoal da PMRN, o efetivo atualizado era de 7.500 aproximadamente.

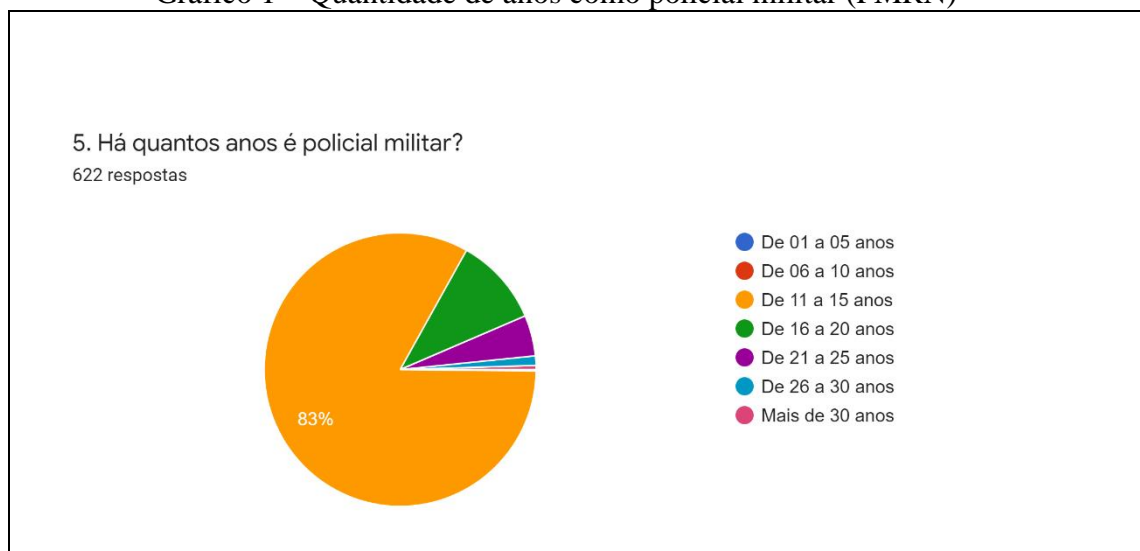
possibilitaram a construção de um diagnóstico sobre possíveis causas, consequências e percepções de enfrentamento dessa violência.

4.1 PERFIL PROFISSIONGRÁFICO DOS CABOS E SARGENTOS PARTICIPANTES

Dos 626 discentes do CFS/2020.2 e dos 83 do CAS/2020.1, obteve-se 622 respostas, ao questionário, enviados para os e-mails e os contatos¹³ de *whatsapp* dos respectivos policiais militares alunos(as), sendo 98,9% do sexo masculino e pouco mais de 1% do sexo feminino. Este dado, em si, já representa a disparidade que há no efetivo da PMRN entre homens e mulheres. Essa diferença abissal existe porque na corporação há uma legislação que estabelece o número máximo de mulheres no efetivo¹⁴.

Totalizando 549 Cabos e 70 Sargentos¹⁵, sendo 48,7% (303), composto por PMs na faixa etária de 36 a 40 anos de idade. De 41 a 45 anos, encontra-se o segundo maior percentual, constituído de 33,4% (208) PMs. A terceira maior taxa etária é de 12,4% (77), de 31 a 35 anos de idade. A quarta taxa é composta 4,5% (28), de 46 a 50 anos de idade. E a última faixa etária corresponde aos PMs que estão acima de 51 anos, perfazendo 1% (6) PMs. Com relação ao tempo de atuação profissional desses policiais acima discriminados observa-se o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de anos como policial militar (PMRN)



Fonte: Autoria própria. CFS/2020.2 e CAS/2020.1 PMRN, Nov/Dez, 2020

¹³ Ao serem matriculados nos cursos profissionais da PMRN todos os alunos são matriculados no Portal do CFAPM: <http://cfapm.rn.gov.br/>.

¹⁴ Em 2020, a partir do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o Governo do RN, Ministério Público e a PMRN, acordou-se que as candidatas remanescentes do concurso público de 2018, cujo ingresso se deu no Curso de Formação de Praças (CFP/2020), aproximadamente 300 candidatas que foram classificadas entre as colocações 1001 a 1400, ingressariam na corporação no CFP/2021. Este curso está em andamento.

¹⁵ Dos 622 PMs que participaram da pesquisa, um pequeno número deixou de responder alguma das perguntas. Como teorizado anteriormente, em face de uma *subcultura* policial de certa aversão às pesquisas acadêmicas e até mesmo temendo algum tipo de represália ou preconceito.

Analisando os quatro primeiros grupos de dados das respostas dos policiais que participaram da pesquisa na PMRN sobre “Vitimização policial” tem-se o seguinte panorama. Aproximadamente, 10% do efetivo da corporação¹⁶, na maioria das unidades administrativas e operacionais é composta, majoritariamente, por PMs do sexo masculino, classificados na faixa etária de 36 a 45 anos, sendo estes aproximadamente 83% dos pesquisados.

Com efeito, estes 83% (516) PMs têm de 11 a 15 anos de serviço policial militar. É um efetivo com quase a metade da sua vida profissional desenvolvida, tomando como parâmetro que essa tropa é regida pelo regime previdenciário anterior à reforma do governo Bolsonaro¹⁷, que ocorreu em 2019, portanto, pode passar para inatividade aos 30 anos de efetivo serviço.

Nessa perspectiva, em sua maioria, são policiais com mais de 10 anos de profissão, sendo 82% deles casados(as) ou com união estável, tendo em média 01 (36,9%) ou 02 (32,7%) filhos, constituindo-se o principal mantenedor da família (92,6%), com uma renda média salarial mensal de 3 a 6 mil reais.

Quando o aspecto é escolaridade, 287 (46,3%) dos PMs participantes da pesquisa têm Ensino Superior completo, seguidos de 133 (21,5%) com Ensino Médio completo, 107 (17,3%) com Ensino Superior incompleto e 69 (11,1%) possuem Especialização *lato sensu*.

O segundo bloco de informações acerca da escolaridade retrata algumas disparidades, ou seja, aproximadamente 1% de 622 PMs, que representa 10% do efetivo da PMRN, têm apenas Ensino Fundamental ou Ensino Médio incompleto. E na outra extremidade encontra-se 1,3%, ou seja 08 PMs que possuem nível de escolaridade de Mestrado ou Doutorado.

Dos dados socioprofissionais é possível constatar que a PMRN tem em 10% de sua tropa um efetivo razoavelmente escolarizado, apesar de haver alguns casos de PMs com apenas a escolaridade da Educação Básica incompleta. Tais dados refletem ainda a desigualdade de gênero na corporação, sendo constituída apenas de 1% de mulheres. E que se infere também que é um efetivo experiente pelo tempo de serviço na corporação, com responsabilidades como mantenedor da família, o que, em tese, representaria um(uma) policial mais prudente nas suas ações profissionais. Ou seja, talvez *o mito do policial super-herói*, como teorizado no capítulo 2, não seja tão significativo nas ações policiais desenvolvidas pelos policiais pesquisados.

¹⁶ De acordo com a Diretoria de Pessoal da PMRN, com os dados mais atualizados, fornecidos no mesmo período da pesquisa (Nov/Dez 2020), a corporação contatava XXXmil policiais, sendo XXXX Oficiais e XXXX Praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes). Em novembro de 2020 1032 alunos-soldados concluíram o CFP e foram promovidos à graduação de soldado. Desse total serão crescidos quase 300 que se formação em novembro de 2021, aumentando o efetivo da PMRN em 20%, em média.

¹⁷ No novo regime os militares federais e os estaduais passaram para a inatividade conforme a Lei Federal nº 13.954/2019, “Art. 97. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida, por meio de requerimento, ao militar de carreira que contar, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço [...]”, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 20 Jan 2021.

4.2 RELATO DOS POLICIAIS MILITARES SOBRE VITIMAÇÃO POLICIAL

Esta parte da pesquisa se deteve a compreender qual a concepção dos policiais militares do Rio Grande do Norte sobre as causas, as consequências e as formas de enfrentamento da vitimização policial, em face atividade profissional que exercem. O primeiro bloco de questionamentos está relacionado ao próprio pesquisado(a), referente à vitimização em serviço ou em períodos de folga, seja em atividades pessoais ou em serviços de segurança privada.

Perguntados(as) se já haviam sido vítimas de violência quando estavam de serviço, 255 (41,1%) dos(as) PMs responderam que sim. Haviam sofrido violência de natureza “leve”, quando estavam de serviço institucional, enquanto que 241 (38,9%) dos entrevistados(as) responderam que não haviam sofrido qualquer violência durante o serviço policial militar.

Por outro lado, 120 PMs, (19,4%), informaram ter sofrido algum tipo de violência de natureza “média”, quando estavam de serviço e 04 PMs, ou seja, 0,6% deles, informaram haver sido incapacitados definitivamente, em face de violência sofrida durante o serviço institucional.

Quando a mesma pergunta é feita levando em consideração que policial militar está de folga, contudo, desenvolvendo atividade de segurança privada, a resposta é que 564, (91%) dos PMs não sofrera qualquer violência nessas condições. Contudo, 33 (5,3%) dos entrevistados, confirmaram que ao realizarem o serviço de segurança privada sofreram violência “leve” e 22, (3,5%) dos PMs entrevistados, disseram ter sido vítimas de violência de natureza “média” quando estavam realizando serviço de segurança privada, definido pelos policiais como “bico”.

Observa-se que quando a resposta é pessoal esses índices caem, contrapondo-se às estatísticas nacionais. Porém, é forçoso ratificar que as questões culturais podem influenciar nas respostas, desnudando o fracasso dele (PM) e do próprio Estado, frente à criminalidade, temáticas teorizadas no capítulo 2.

Quando perguntados(as) se sofreram violência, em períodos expressamente de folga, realizando atividades pessoais, a resposta é que 466 (75,2%) não sofreram qualquer violência, enquanto que 102 PMs (16,5%) sofreram sim violência, mesmo que de natureza “leve” e 49 PMs (7,9%) dos entrevistados informaram haver sofrido violência de natureza “média”.

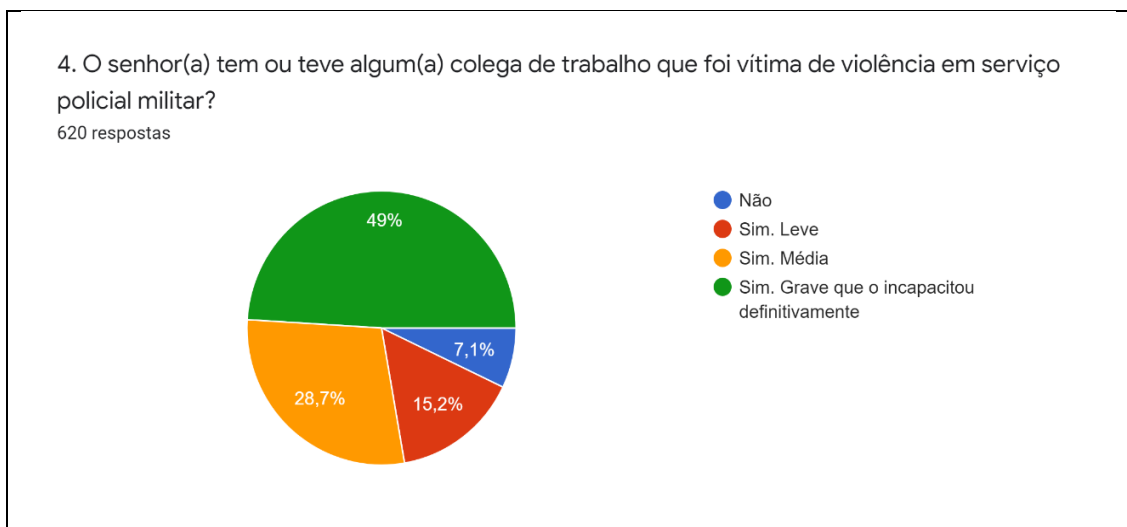
É significativo enfatizar que esse baixo índice de confirmação de vitimação pode está atrelado ao temor do policial em sofrer represália ao revelar que desenvolve algum trabalho de segurança privada, dado que tal atividade não é permitida aos PMs. E por outro lado, pode haver, também, o temor do preconceito dos colegas de profissão ao relatarem que foram vítimas de violência por parte de criminosos, mascarando assim esses índices, pois ao publicizarem que

foram vitimados, estão reconhecendo que perderam o “combate” para os marginais, como outros autores também já teorizaram. (MINAYO, 2013), (FERNANDES, 2016).

Nesse contexto, é importante resgatar os referenciais teóricos do capítulo 2, bem como as constatações dos dados estatísticos nacionais e locais citadas, que constatarem ser a maior parte da violência de natureza “grave”, especialmente o homicídio ou latrocínio, sofrida por profissionais de segurança pública, quando eles estão de folga, podendo ocorrer em face do trabalho informal de segurança privada, porque podem ser identificados quando são vítimas de roubo ou por tentarem intervir como policiais ao detectarem o acontecimento de um delito. Segundo Oliveira, C. Filho, Souza Neto (2020) o policial tem mais chance de sobreviver se reagir do que quando não reage ao ser vítima de uma tentativa de roubo, por exemplo.

Esta parte do questionário profissional são de perguntas direcionadas a verificar se o PM entrevistado(a) tem(teve) algum(a) colega de profissão¹⁸ que fora vítima de violência (seja de natureza leve, média ou grave) durante o trabalho policial ou em períodos de folga, ou ainda realizando alguma atividade de segurança privada, conforme a seguir:

Gráfico 2 – PMs vitimados em serviço na corporação



Fonte: Autoria própria a partir da pesquisa CFS/2020.2 e CAS/2020.1 PMRN, Nov/Dez, 2020

Em que pese as estatísticas nacionais retratarem que a maior parte dos PMs são vitimados em período de folga, no RN, também há um número elevado de PMs vitimados em serviço, inclusive com lesões de natureza grave, incapacitando-os definitivamente.

A questão 5 visou investigar se o(a) PM entrevistado(a) já teve algum colega de profissão que fora vítima, em face da atividade profissional. Obteve-se como resposta que 72,6 % dos(as) entrevistados(as) tiveram um colega PM vítima nessas circunstâncias, sendo a

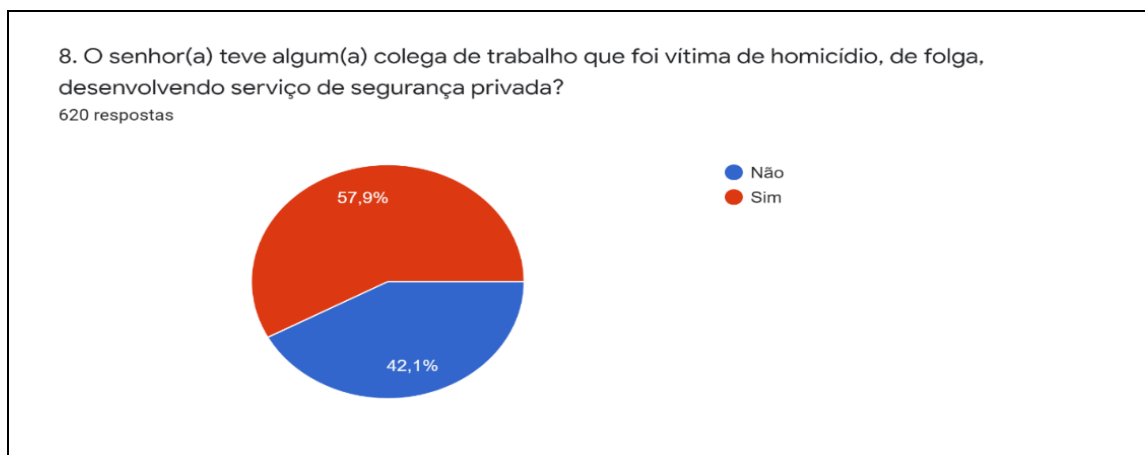
¹⁸ Nesse contexto, denomina-se colega de trabalho, aquele com o qual o agente de segurança pública tira serviço (a pé, de motocicleta, a cavalo, ou em outro veículo disponível na corporação), no seu cotidiano profissional.

violência, respectivamente, de natureza grave (284) ou média (166). E em torno de 13% dos entrevistados(as) tiveram um colega de profissão lesionado(a) levemente, sendo o mesmo índice para quem não teve um colega de trabalho ferido nos horários de folga.

A questão 6 indagou se alguns deles(as) já tiveram um colega de profissão que viera a óbito no serviço policial militar. Neste quesito o grupo de PMs é dividido em apenas dois, ou seja, 414 (66,8%) já perderam um colega PM, que fora morto em serviço e 206 (33,2%) deles(as) não teve um colega policial militar que fora morto em serviço.

Nos questionamentos 7 e 8 buscaram-se desvelar se os entrevistados(as) tiveram algum colega de profissão que morrera, em face da atividade profissional que exercem, estando ele, efetivamente, de folga. 554 PMs (89,4%) responderam que sim. Quando a pergunta é direcionada para as condições desse colega de profissão estar realizando algum serviço de segurança privada, quase 60% dos PMs entrevistados(as) afirmou que tiveram um colega de trabalho assassinado nessas condições, conforme a seguir:

Gráfico 3 - PMs que tiveram colegas de trabalho morto em atividade de segurança privada



Fonte: Autoria própria a partir da pesquisa CFS/2020.2 e CAS/2020.1 PMRN, Nov/Dez, 2020

As respostas do Gráfico 2 vão ao encontro das estatísticas nacionais, constatando que quase 60% dos PMs entrevistados(as), 359 PMs responderam que tiveram um colega de trabalho que fora vítima de homicídio, quando estavam realizando algum serviço de segurança privada. Como os dados do RN não são detalhados, conforme constatado no Quadro 1, não esclarecendo se os profissionais de segurança estavam desenvolvendo ou não alguma atividade de segurança privada, esta análise fica prejudicada. O estabelecimento de protocolos para constituição de banco de dados com informações qualificadas podem contribuir para que as ações institucionais e/ou governamentais de enfrentamento dessa violência sejam mais eficazes.

O último bloco de questionamentos buscou investigar qual a percepção do pesquisado(a) acerca das ações institucionais (formação inicial e continuada, capacitação, criação de

procedimento padrões (SILVA, 2020), entre outras, preparam, efetivamente, este policial para o enfrentamento cotidiano da violência no serviço institucional.

Foi perguntado se “a sua formação policial militar capacita para o enfrentamento da violência praticada contra profissionais de segurança?” Apenas 314 PMs (50,6 %) afirmaram que sim. Quando a pergunta é direcionada para formação continuada, seja em cursos de ascensão profissional dos quais os entrevistados estavam participando ou em outras capacitações em serviço, apenas 349 (56,3%) dos PMs responderam que sim.

Em virtude de que a maior incidência de vitimação policial militar é quando estes profissionais estão em períodos de folga, questionou-se: “nos cursos profissionais da corporação há capacitação para enfrentamento da violência que os policiais sofrem quando estão de folga?” A maioria, 449 PMs dos entrevistados (72,4%) responderam que não.

Dos dados encontrados evidenciou-se que é possível traçar políticas e/ou ações institucionais e/ou governamentais para o enfrentamento da violência quando os policiais militares estão de folga. Ora, se de fato não há permissão para exercer a atividade de segurança privada, que sejam adotadas programas educativos e motivacionais para minar a necessidade de tais atividades por parte dos PMs e em paralelo não havendo cumprimento das normas pelos policiais, em último caso, adote-se a responsabilização.

Por fim foi perguntado: “na sua opinião, quais ações institucionais a PMRN poderia desenvolver para reduzir os índices de violência sofrido pelos seus integrantes quando estão no serviço policial militar?” Obteve-se como resposta, em síntese, mais capacitação, treinamento, aumento do efetivo, formação continuada, cursos de capacitação, melhores condições de trabalho, melhores equipamentos e viaturas, entre outros similares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou lançar luzes sobre o fenômeno da violência contemporânea, que além de afligir a sociedade, em geral, se impõe também aos profissionais de segurança pública, acuando-os, em especial, o policial militar que é o agente estatal que cotidianamente atende milhares de ocorrências no país, expondo-se a confrontos armados, mas sobretudo, em períodos de folga, seja quando são reconhecidos por marginais, como policiais, quando tentam intervir em crimes ou ainda quando desenvolvem trabalhos informais de segurança privada.

Os achados da pesquisa apontam para possíveis subnotificações de violência sofrida, que não seja de natureza grave, como incapacitações definitivas, homicídios ou latrocínio, em face da *subcultura* policial de não demonstrarem sua fragilidade em relação aos criminosos. Esta é uma teoria que precisa de amadurecimento.

Desvela, também, que na concepção de aproximadamente 10% dos policiais militares do RN, as formações, inicial e continuada, precisam de adequações no sentido de melhor prepará-los para o enfrentamento do crime violento. No que concerne à violência sofrida quando estão em períodos de folga mais de 70% dos participantes da pesquisa informaram não haver capacitação o que, conseqüentemente, se refletiu na maioria das respostas dos pesquisados(as) que sugerem formação inicial mais consistente, formação continuada, ou seja, profissionalização permanente.

Por fim, mais não menos significativo, os participantes da pesquisa sugerem aos gestores, seja em nível institucional e/ou governamental melhores condições de trabalho por meio de aumento do efetivo e melhores equipamentos e armamentos.

6 REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. **Risco e (in)segurança policial**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18(3), 2013.

ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva; SILVA; J.B. **sobrevivência policial e o exercício do mandato profissional**: a relação entre treinamento e procedimento operacional padrão. 2019. 20p. Artigo científico. (Especialização). Academia da Polícia Militar do Cabo Branco, João Pessoa: APMPB, 2019.

BRASIL. **Lei nº. 7.754, de 18 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação da Diária Operacional para as Polícias Civil e Militar do Estado. Brasília, 1999.

_____. **Portaria interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010**. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília, 2010.

_____. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para a formação em segurança pública**. Departamento de Pesquisa. Brasília: SENASP, 2014.

BITTNER, Egon. **Aspecto do trabalho policial**. (Trad.) Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2003 (Série Polícia e Sociedade).

BOL NOTÍCIAS. Número de assassinatos nos EUA cresceu 8,6% em 2016. **Jornal** [on-line] 25/09/2017. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2017/09/25/numero-de-assassinatos-nos-eua-cresceu-86-em-2016.htm> 25 Out. 2018.

BORGES, A. G. M. V. ; SILVA, J. B. . Política de ingresso na Polícia Militar: planejamento para seleção e recrutamento no RN. In: David de Medeiros Leite; Patrícia Moreira de Menezes; Rogério Emiliano Guedes Alcoforado. (Org.). **Direito Público e Governança**: reflexões práticas sobre políticas públicas. 1ed. Mossoró: EDUERN, 2017, v. , p. 57-106. e-book. Disponível em: https://issuu.com/eduern/docs/direito_p_blico_e_governan_a_reflex/56. Acesso em: 02 Fev. 2021.

BRAGA, J.C.M.; SILVA, J.B. **atuação dos policiais militares do RN em atividades paralelas – “o bico”**: diálogo entre política, perfil sócio educacional, legislação e educação financeira. Academia de Polícia Militar “Cel Milton Freire de Andrade. PMRN: Natal, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS EM CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (CECSP/UFMG). **Projeto Pensando a Segurança Pública**: Qualidade de Vida, sofrimento psíquico e vitimização do trabalhador nas Instituições de Segurança Pública. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

ELIAS, Norbert. **Processo civilizador**: formação do Estado e civilização. (Trad.) RUY JUNGSMANN. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Volume 2.

FERNANDES, Alan, **Vitimização policial**: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). Rev. bras. Segurança pública | São Paulo v. 10, n. 2, 192-219, Ago/Set 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 9. ed. São Paulo: Urbania, 2015.

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública**: violência e números 2018. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 27 Jan. 2021.

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública**: segurança e números 2019 . Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 29 Mar 2021.

FRANÇA, F.G.; DUARTE, A. “Soldados não choram?”: reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Marília. Edição 19 – Maio/2017.

FREIDSON. Eliot. **Renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. (Trad.) Celso Mauro Parcionornik. São Paulo: Edusp, 1998. (Clássicos, 12).

FREITAS, A.C. Transtorno de Estresse Pós-Traumático. **Conteúdo jurídico**. 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,transtorno-de-estresse-pos-traumatico,43166.html>. Acesso em: 20 Out. 2018.

GAMA, A.; MADEIRO, C. PMs de 25 Estados não têm o mínimo de soldados previsto nas leis estaduais. **Uol Notícias**. Cotidiano [on-line]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/02/22/pms-de-26-estados-nao-tem-o-minimo-de-soldados-previsto-em-lei.htm>. Acesso em: 27 Mar. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2018**. IPEA; FBSP. Rio de Janeiro, junho de 2018.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**: principais resultados. IPEA; FBSP. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>. Acesso em 21 Jan. 2021.

LIMA, João Calvim de. **Atividade policial e o confronto armado**. Curitiba: Juruá, 2007.

MESQUITA NETO, P. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In.: PANDOLFI, D. et. al (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 130- 148.

MENKE, Bem A.; WHITE; Mervin F.; CAREY, William L.in: **Administração do trabalho policial: questões e análises**. (Org.) Jack R. Greene. (Trad.) Ana Luísa Amêndoa Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002 (Coleção Polícia e Sociedade, n. 5).

MINAYO, M.C. S. **Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/Secretaria Nacional de Segurança Pública; 2005.

_____; SOUZA, Ednilsa Ramos; CONSTANTINO, Patrícia . **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública**. In.: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(11), p. 2767-2779, nov. 2007.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa científica em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2013.

_____; ADORNO, Sérgio. **Risco e (in)segurança na missão policial**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2013, vol.18, n.3, pp.585-593. ISSN 1413-8123. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 jan 2021.

ELIAS, Norbert. **Processo civilizador: formação do Estado e civilização**. (Trad.) Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (Volume II).

MUNIZ, Jacqueline; SOARES, Barbara Musumeci. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER; UNESCO; Ministério da Justiça, 1998. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Monitoramento_vitimizacao_policiais.pdf, Acesso em: 20 Mar 2021.

OLIVEIRA, Onivan Elias de; C. FILHO, Álvaro; SOUZA NETO, Valdomiro Bandeira de. **É um assalto e se eu reagir? Um guia de sobrevivência**. João Pessoa: Ideia, 2020.

Observatório da Violência Letal e Intencional no Rio Grande do Norte (OBVIO). **A dor que não se percebe**. Natal: OBVIO, Edição 16, ano II, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/10/03/numero-de-agentes-de-seguranca-publica-mortos-no-rn-em-2018-supera-2017.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. Instituto Marcos Dionísio de Pesquisa OBVIUM. **Letalidade e Vitimização Policial 2015-2019**. Natal: ISSUU. Ano 4, Edição especial n.18 Revista de crime análise da Rede e Instituto de Pesquisa 2020, 115 p.

PINC, T. **Desempenho policial: treinamento importa?** Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 3 Edição 4 Fev/Mar 2009.

PONCIONI, Paula. **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro.** Soc. estado. vol.20 no.3 Brasília Sept./Dec. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300005. Acesso em: 04 maio 2020.

PEROVANO, Dalton Perovano. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social.** Juruá, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REZENDE, Luís Antônio Paixão de; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **Programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) – qual eficácia possível?** IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Belo Horizonte: ENEO, 2016. p.1-14.

RIO GRANDE DO NORTE. Manual para elaboração de trabalhos de conclusão de curso da PMRN. Natal: PMRN, 2020, BG nº 2014, p. 2-6.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Rio de Janeiro: Jorge Zarah, 2009.

SILVA, João Batista da. **Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectivas.** Natal: Fundação José Augusto, 2017a.

_____. **Profissionalização policial-militar: a Tomada de Decisão como conhecimento e saber profissional na PMRN.** 2017. 295 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa em Pós-graduação em Educação. 2017b.

_____. (2018a). **A produção do conhecimento em segurança pública.** Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153, 1(1), 55-61. <https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v1i1.5>. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/5>. Acesso em: 20 Out 2020.

_____. (2018b) **Herói ou vilão? vítimas ou algozes? quem são os profissionais de segurança brasileiros?** Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), 1(3), 50-53. Recuperado de <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/39>.

_____. **Profissionalização Policial-Militar e a judicialização da gestão pública no Brasil: qual a escolaridade necessária para ser um profissional de segurança?** REBESP, Goiânia, n. 1, v. 13, p.20 - 32, jan. 2020a. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/427>. Acesso em: 02 Fev. 2021.

_____. (2020b). **Protocolo policial.** Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153, 3(7), 90-104.

<https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v3i7.105>. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/105/104>. Acesso em: 20 Out 2020.

_____; ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva. **Vitimização policial**: diagnósticos e perspectivas. Revista Brasileira de Segurança Pública (R BSP). No prelo. 2021.

SILVEIRA, R.A. A morte do policial. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** 2015. p. 24-25.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. **Estudos avançados**, 17 (47), 2003, p. 75-96.

WESTFALEN, N. Estatísticas da polícia alemã de 2012 sobre uso de armas e ataques a policiais liberados. **Revista Reddit**, [on-line] 2012.

WAISELFSZ, J.J, **Mapa da violência**. 2016. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

SZABÓ, Ilona; RISSO, Melina Risso. **Segurança pública**: para virar o jogo. Zarah, 2018.

ZILLI. Luís Felipe. **Letalidade e vitimização policial**: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros. IPEA. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 17, Dezembro 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8873/1/bapi_17_cap_10.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.